



PROJETO DE RESOLUÇÃO N° , DE 2016
(Do Sr. JHC)

Acrescenta Capítulo II-B ao Título II do Regimento Interno, para acrescentar a Secretaria da Juventude aos órgãos da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º O Título II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados fica acrescido do seguinte Capítulo II-B:

**“CAPÍTULO II-B
DA SECRETARIA DA JUVENTUDE**

Art. 20-E. A Secretaria da Juventude terá a sua atuação voltada para a promoção de eventos, a realização de debates acerca das questões relacionadas aos interesses população jovem do Brasil, a garantia dos seus direitos e à observância dos seus deveres de cidadania.

Art. 20-F. A Secretaria da Juventude será constituída de 1 (um) Secretário, escolhido pela Mesa, na primeira quinzena da primeira e na terceira sessões legislativas, e de 3 (três) Secretários Adjuntos, indicados pelo Secretário da Juventude, com mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo, para o período subsequente.

§ 1º Os Secretários Adjuntos deverão pertencer a partidos distintos e terão a designação de Primeiro, Segundo e Terceiro e, nessa ordem, substituirão o Secretário em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da Secretaria, podendo, ainda, receber delegações do Secretário.

§ 2º Se vagar o cargo de Secretário da Juventude, até 30 de novembro do último ano do biênio, proceder-se-á a nova escolha pela Mesa Diretora.

Art. 20-G. Compete à Secretaria da Juventude a gestão e o controle de todas as iniciativas promovidas pela Câmara dos deputados, que envolvam a juventude e estudantes brasileiros, além de garantir a participação dos jovens nos órgãos e nas atividades da Câmara dos Deputados:

I - fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo federal que visem à proteção da juventude, ao atendimento de seus interesses e à garantia do cumprimento de seus deveres de cidadania;

II - cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para os jovens;

III - promover pesquisas e estudos sobre direitos e obrigações da juventude e sobre o déficit da sua representação na esfera política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Câmara dos Deputados;

IV - atender autoridades, no âmbito da sua competência, em suas visitas à Câmara dos Deputados, e encaminhar as demandas dos jovens aos órgãos competentes;

V - participar, com os Líderes, das reuniões convocadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com direito a voz e voto;

VI - fazer uso da palavra, semanalmente, pessoalmente ou por delegação, durante o período destinado às

Comunicações de Lideranças, por 5 (cinco) minutos.

VII - constituir e organizar os grupos de trabalho temáticos sobre temas relacionados aos direitos e deveres da juventude;

VIII - examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que sirvam de subsídios para suas atividades.” (NR)

Art. 20-H. o Laboratório Hacker passa a integrar a estrutura da Secretaria da Juventude e atuará sob a supervisão do Secretário da juventude.

Art. 2º A composição da Secretaria da Juventude será por indicação do Presidente e será feita em até 5 (cinco) dias após entrada em vigor desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A histórica aprovação, pelo Poder Legislativo Federal, de projeto de lei que amplia e aprimora a legislação penal no que diz respeito a crimes cometidos contra as mulheres constitui a mais recente demonstração do quanto foi relevante, para este país, a instituição, de forma paralela, na estrutura administrativa federal e nesta Câmara dos Deputados, de um aparato exclusivamente voltado às necessidades daquele gênero. O Brasil ainda é um país que de uma forma geral mantém seus lamentáveis fundamentos machistas, mas quem quiser contestar o quanto evoluímos nos últimos tempos estará fechando os olhos para a realidade objetiva e muito desse avanço se deve à referida combinação.

O inegável sucesso dos dois órgãos, tanto o inserido no Poder Executivo quanto a estrutura correspondente na Câmara dos Deputados, leva a que se cogite, como pretende a presente proposição, estender essa forma coordenada de atuação a um outro segmento, no mais das vezes

submetido a condições tão desfavoráveis quanto aquelas que ainda afligem o sexo feminino. Faz-se referência ao descaso com que habitualmente se trata a formulação de políticas públicas especificamente direcionadas à juventude, cuja relevância estratégica não pode ser confrontada por pessoas de bom senso, e que já conta, no âmbito do Poder Executivo, com estrutura específica, a exemplo daquela que se dedica às questões de gênero.

A iniciativa decorre do fato de que o que se vê na realidade brasileira, com a agravante decorrente das atuais dificuldades econômicas, consiste em um mercado de trabalho que repele a juventude e a percebe como inimiga. O que comumente se assiste, de forma ainda mais grave, são autoridades públicas que não percebem que a melhor maneira de evitar a morte violenta de jovens e adolescentes, bem como a desconfortável precocidade em atividades criminosas, consiste em criar condições para que os jovens ocupem o espaço social que lhes deve ser reservado, tanto acadêmica quanto profissionalmente.

Acredita-se que a mesma energia demonstrada pela combinação da atuação entre Parlamento e Executivo para identificar e enfrentar dificuldades relacionadas à covarde desigualdade imputada ao gênero feminino deve e pode ser aproveitada na questão da juventude. A pertinência do presente pleito, portanto, conduz à plena convicção de que será acatada a presente proposta, transformando-a em norma jurídica interna com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado JHC